

HABEAS CORPUS Nº 515.381 - PR (2019/0168062-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : LETICIA NOGUEIRA GARDONA MAYNARDES
ADVOGADO : LETICIA NOGUEIRA GARDONA MAYNARDES - PR046566
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MONICA REGINA DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de MONICA REGINA DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento do HC n. 0021915-26.2019.8.16.0000.

Extraí-se dos autos que a paciente foi presa em razão de prisão temporária em 15/7/2010, posteriormente convertida em prisão preventiva. Em 10/6/2011, foi beneficiada com a liberdade provisória, tendo sido expedido alvará de soltura.

Em 1/9/2017 foi condenada em primeiro grau, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006 (tráfico e associação para o narcotráfico), às penas de 14 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, tendo o juízo sentenciante indeferido o direito de recorrer em liberdade, decretando a prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

EMENTA - HABEAS CORPUS CRIME - PRISÃO CAUTELAR DECRETADA NA SENTENÇA - PERICULUM LIBERTATIS CONFIGURADO - GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS E MODUS OPERANDI EMPREGADO PELA PACIENTE QUE INTEGRAVA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA - MAUS ANTECEDENTES REGISTRADOS - ATUALIDADE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS QUE NÃO TEM O CONDÃO DE, SPONTE PRÓPRIA, CONDUZI-LA À LIBERDADE SE OS FUNDAMENTOS DA PRISÃO SÃO VÁLIDOS E DEMONSTRAM A NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO - DENEGADA A ORDEM DE HABEAS CORPUS (fls. 51).

No presente *writ*, sustenta a ilegalidade da prisão preventiva decretada na sentença. Ressalta que a paciente estaria em liberdade há mais de 6 anos, durante os

quais constituiu família e trabalho honesto, não tendo voltado a delinquir.

Assevera a ausência de fundamentação idônea na decretação da prisão preventiva, não estando presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Destaca ofensa ao princípio da presunção de inocência, ressaltando que a prisão preventiva da paciente constitui cumprimento antecipado da pena imposta.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante a aplicação de medida cautelar alternativa, prevista no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, notadamente acerca do andamento da apelação interposta. Os informes deverão ser prestados preferencialmente por meio eletrônico, e com o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

